



SÍNTESE DA CARTA DA COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS AOS MEMBROS DO 2º FÓRUM DE AFRODESCENDENTES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A **COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS**, articulação que reúne mais de 250 organizações, coletivos e entidades do movimento negro e antirracista que atuam coletivamente na promoção de ações de incidência política à população negra brasileira tem a honra de apresentar relato sucinto a este Fórum do panorama sobre a luta antirracista da Coalizão Negra por Direitos.

I. Os direitos da população negra e políticas de reparação: ADPF 973

Os movimentos negros no Brasil têm atuado historicamente na construção de uma sociedade justa e livre de opressões a partir da compreensão de que em uma sociedade organizada hierarquicamente a partir da categoria raça invariavelmente produz desigualdades diversas, inclusive de ordem racial. A inclusão do racismo como crime na Constituição Federal de 1988 demonstra isso: em momento de abertura democrática, o Estado Brasileiro inclui em suas premissas populares e constitucionais o combate ao racismo fazendo compreender que a organização do estado democrático de direito, no país, será guiada pelo objetivo primário de maximização da segurança jurídica em torno das pautas de redução das desigualdades sociais e raciais.

II. Mecanismos racistas de controle social repressivo: Tecnologias de reconhecimento facial e vigilância

O projeto político de nação brasileira se construiu historicamente sobre a exclusão e restrição do viver da população negra. Desde as políticas eugênicas de embranquecimento ao genocídio fomentado pela guerra às drogas e pelo encarceramento em massa. Esse velho projeto se atualiza e ganha novas dimensões com o desenvolvimento da Inteligência Artificial e seus usos na segurança pública como mecanismo de vigilância e repressão, especialmente através das câmeras de reconhecimento facial.



A adoção de tecnologias em políticas públicas não pode ser encarada sob um viés fetichista e deslumbrado que encara a máquina como solução de históricos problemas sociais. É necessário refletir sobre o contexto social em que se insere o uso das tecnologias para que sirva “como um sustentáculo para a consagração do homem e da mulher em sua condição de ser”, como escreveu Abdias do Nascimento. Assim, a implementação de Inteligência Artificial e outras técnicas sem a reflexão sobre que política de segurança pública queremos resultará apenas no aprofundamento do genocídio contra a população negra.

III. Guerra às drogas no Brasil: Ferramenta de genocídio da população negra

De acordo com a pesquisa realizada pelo relatório internacional realizado pela Harm Reduction Consortium, o Brasil atualmente possui a pior política de drogas do mundo, segundo o Índice Global de Políticas de Drogas, o Brasil adota permanentemente uma política focada na repressão e no uso da violência policial e do encarceramento, principalmente de jovens negros e periféricos.

Além de ser considerado a pior política do mundo internacionalmente, a política de drogas utilizada no Brasil economicamente é extremamente custoso, de acordo com a pesquisa do Centro de Estudos e Segurança e Cidadania que analisou os custos do gasto com a proibição e guerra às drogas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro entre os anos de 2015 e 2019 indicaram que o RJ gastou anualmente uma média de 15 bilhões de reais e SP 44 bilhões de reais, sendo um dos principais investimento nos dois estados na polícia militar, assim, demonstra que a política proibicionista do Estado brasileiro é completamente ineficiente e custosa aos cofres públicos, além de direcionar sua força e violência contra os corpos negros e periféricos.

IV. Saúde pública e assistência social: Retrocessos e criminalização na política de redução de danos

A Constituição Federal de 1988 adotou os princípios dos tratados internacionais de Direitos Humanos, assegurando “o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a



segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. Prevendo, nesse sentido, a constituição de um Sistema Único de Saúde, um dos mais completos e complexos Sistemas de Saúde Pública do mundo, cujos princípios básicos são universalidade, equidade, integralidade, prevendo a participação popular do povo brasileiro. Esta política é fundamental para a garantia de acesso à saúde do povo negro brasileiro e vem sendo sumariamente precarizada.

Com o objetivo de ampliar o acesso à atenção psicossocial e garantir acesso a saúde e cuidado à usuários em sofrimento psíquicos decorrente do uso abusivos de álcool e outras drogas, foram criados, através da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os Centros de Apoio Psicossocial Álcool e outras drogas, prevendo o cuidado em liberdade, garantindo os Direitos Humanos de usuários a partir da lógica de Redução de Danos, política de saúde reconhecida pela OMS é fundamental para garantir a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra. Esse modelo de cuidado antiproibicionista tem sido exitoso, mas concorre no Brasil com políticas punitivistas de encarceramento, como é o caso das comunidades terapêuticas, equipamentos para tratamentos de internação centrada na abstinência a longo prazo.

Por isso, afirmamos: O cuidado em saúde mental deve ser radicalmente antimanicomial, antirracista e anticolonialista. Defendemos o Sistema Único de Saúde, resultado da luta do povo brasileiro e que o investimento em saúde mental deve se voltar aos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), que são de caráter aberto, comunitários e que respeitam os direitos humanos.

V. Crise climática e racismo ambiental: panorama brasileiro e desafios em busca de uma justiça climática

Segundo o relatório anual da Organização Meteorológica Mundial (OMM) a floresta amazônica sofreu perda de 22% na perda de vegetação nos últimos anos, eventos climáticos extremos que atingiram todas as regiões da América Latina e Caribe desencadeando



situações críticas de insegurança alimentar, desalojamento, deslocamento climático, doenças e diversos problemas.

A crise ecológica mundial é simultaneamente uma crise de justiça racial. O mundo tem demonstrado a importância de trazer o debate racial para o centro do debate sobre mudanças climáticas, o que ainda não encontra ampla adesão —ou é negado— pelos movimentos ambientalistas no Brasil, assim como falta racializar as políticas públicas ambientais.

No Brasil, as organizações da Coalizão Negra por Direitos têm travado embates para que haja reconhecimento por parte das autoridades do racismo ambiental que impera no país. Os trágicos impactos derivados das mudanças climáticas têm ampliado a precarização da vida da população negra brasileira, que já é vitimizada sistematicamente pela necropolítica aplicada a essa população no Brasil. Diversas tragédias relacionadas ao clima têm ocorrido por todo o país, afetando comunidades negras e pobres das cidades, mas também nos campos, florestas e comunidades quilombolas, localidades onde a maioria da população é composta por pessoas negras.

Não há Justiça Climática sem Justiça Racial.

A Coalizão Negra por Direitos entende que os Estados devem investir em políticas antirracistas de direitos humanos pautadas a fim de impulsionar a reparação histórica do processo de colonização racista patriarcal e seus efeitos históricos.

Coalizão Negra por Direitos

Brasil, 02 de junho de 2023.